



Entrevista:

“100% dos contratos de energia são de fontes renováveis desde 2022. Temos o compromisso de contribuir, na meta global, refinando os números ao longo dos anos”

Página 03



REPRESENTAÇÃO ATIVA

Com 54,3% dos votos válidos, André Viana e Wagner Xavier foram reconduzidos ao cargo de representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração da mineradora Vale. A expressiva votação é resultado da conquista de direitos para os funcionários da multinacional.

Foto: Divulgação/MPMG



A quem interessa proteger o patrimônio cultural?

Marcelo Azevedo Mafra ingressou no Ministério Público em 2005 e atuou nas comarcas de Grão Mogol, Mantena e João Monlevade, Patos de Minas, onde ocupou a Coordenadoria Regional de Meio Ambiente do Noroeste de Minas Gerais, e Pitangui. Atualmente é coordenador Estadual de Proteção ao Patrimônio Cultural.

Os bens culturais fazem parte do cotidiano de todos nós. Estamos falando de edifícios centenários, obras de arte, documentos históricos, paisagens, museus, igrejas barrocas, além das formas de expressão, manifestações artísticas e modos de fazer e viver das comunidades tradicionais. Esses bens nos conectam diretamente com nossas raízes e nos convidam a refletir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Eles despertam um sentimento de pertencimento, nos lembram que somos parte de uma coletividade e refletem nossa identidade social.

Em um país culturalmente rico como o nosso, o que define a singularidade de cada região? Sotaques, culinária, crenças, artes, história e outros elementos marcam nossas diferenças culturais. Esse patrimônio expressa os valores mais importantes da nossa sociedade e, por isso, precisa ser preservado para as presentes e futuras gerações. É um direito de todos, inclusive daqueles que ainda vão nascer, ter acesso e desfrutar dessas referências históricas e identitárias do nosso povo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a proteção do patrimônio cultural é um dever comparti-

lhado entre a sociedade e o poder público. A responsabilidade estatal é comum à União, aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma colaborativa, sem monopólio ou subordinação, para impedir a perda e a destruição desses bens. Nesse condomínio de atribuições, nenhum órgão público detém primazia sobre o outro, pois as responsabilidades são compartilhadas e não excludentes.

A distribuição equânime das funções relacionadas à tutela do patrimônio é uma decorrência lógica do federalismo cooperativo, idealizado para permitir a efetiva descentralização do poder, assegurando autonomia dos estados e municípios na solução dos problemas regionais e locais. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, a descentralização é um importante reforço à democracia participativa, pois permite que as pessoas este-

“O Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural”

jam mais próximas dos locais onde são tomadas as decisões políticas, favorecendo o exercício da cidadania e intensificando a sensação de pertencimento social.

A mesma cooperação imposta aos entes federativos é exigida dos poderes da República – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – que devem trabalhar juntos para garantir a preservação dos bens culturais. Nesse contexto, o Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural. Além de ser titular da ação penal, o MP tem competência para investigar, processar e firmar acordos que ajustem condutas lesivas ou que coloquem em risco bens culturais.

Minas Gerais registra, ao longo de sua história, episódios recorrentes de furtos em museus, em arquivos públicos e em igrejas barrocas. Para tentar mudar essa realidade, em 2021, o MPMG lançou o SONDAR, o maior banco de dados do país sobre bens culturais desaparecidos. Essa plataforma digital permite que a sociedade participe ativamente na vigilância, identificação e recuperação do patrimônio perdido em Minas Gerais.

EDITORIAL

Como desarmar as armadilhas de Donald Trump?

A alegoria é oportuna. Donald Trump assumiu a presidência dos Estados Unidos e literalmente botou fogo no parquinho planetário. O mandatário tem o hábito de vociferar. Antigamente, falava grosso e agia pouco. Vivia apenas no mundo platônico das ideias. Não era pragmático. Agora apareceu diferente. O “todo poderoso” descobriu o receituário para promover balbúrdia na geopolítica. Taxar importações virou a senha para a arruaça toda. É samba de uma nota só e a Terra inteira dança.

O republicano sobretaxou o aço e alumínio brasileiros em 25%. O novo inquilino da “Casa Branca” ameaça o planeta com outras medidas protecionistas. Neste contexto, o establishment de Brasília precisa manter-se atento. O minério de ferro será o próximo alvo da gula das taxações. Até quando a indústria brasileira ficará refém do humor de Trump et caterva?

O sistema financeiro mostra que o nosso País dispõe de alguns mecanismos para se safar do intenso ataque tarifário. A simples retaliação não seria de bom tom. Mesmo porque, qualquer ato precipitado será desculpa para o norte-americano exercitar o esporte de sua predileção: a humilhação do antagonista em praça pública ou arena internacional.

O Brasil conta com duas alternativas para desarmar as armadilhas econômicas de Tio Sam: a intensificação do comércio com a China e aumento das exportações para a União Europeia e parceiros do Brics. Por ora, só resta esperar os efeitos colaterais da estratégia do “senhor do universo”.

Os atos extremos de Trump, em algum momento, funcionarão como um bumerangue. Neste caso, a lei do retorno trará graves consequências para o povo dos EUA. A aceleração do processo inflacionário, por exemplo, impactará negativamente no cotidiano do contribuinte. É necessário acompanhar até aonde vai o fôlego do “autocrata”.

“Taxar importações virou a senha para a arruaça toda. É samba de uma nota só e a Terra inteira dança”

EXPEDIENTE

DeFato

Diretor Administrativo
Thiago Jacques
thiago@defatoonline.com.br

Gerente Comercial
Rachel Furtado
rachel@defatoonline.com.br

Redação
Giovanna Victória
Guilherme Guerra
Jardel Mendes
Sara Zeferino

Editorial
Fernando Silva

Editores de Jornalismo
Fernando Silva
Gustavo Linhares

Fotos Capa
Principal: Divulgação/Sindicato Metabase
Entrevista: Divulgação/Anglo American

Gerente de Produção
Marina Colombo
opec@defatoonline.com.br

Gerente Financeiro
Cleise Martins
financeiro@defatoonline.com.br

Diagramação
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda
gerencia@pontepropaganda.com.br

Impressão:
Gráfica Pinus

“Esse projeto comprova nossa alternativa para redução da dependência de barragens de rejeitos, dentro do objetivo de uma mineração sustentável”, afirma Ana Sanches

Presidente da Anglo American Brasil falou em entrevista sobre a atuação da mineradora no País e alguns projetos que estão em desenvolvimento

Há pouco mais de um ano como presidente da Anglo American Brasil, a executiva Ana Sanches concedeu entrevista ao jornalista Ivo Ribeiro, do Estadão, onde falou sobre mineração sustentável, investimentos para reduzir a dependência de barragens de rejeito e o processo que culminou com a mineradora Vale se tornando sócia da multinacional, que tem sede em Londres, no Reino Unido.

Além de comandar a subsidiária brasileira da Anglo American, Ana Sanches ocupa desde fevereiro de 2024 a presidência do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que reúne mineradoras nacionais e estrangeiras que atuam no País. Confira a seguir trecho da entrevista.

A Anglo American tem no Brasil operações de mineração de ferro e níquel. Quais são as frentes de atuações para reduzir emissões de CO2, sustentabilidade e uma operação mais segura?

A companhia tem um plano de mineração sustentável com três pilares: meio ambiente, social e comunidades e governança e transparência. No primeiro, há uma série de ações que visam reduzir emissões de CO₂ nos escopos 1, 2 e 3. A Anglo American fixou, globalmente, metas ambiciosas de neutralidade de carbono para escopo 1 (diretas, da operação) e o 2 (energia consumida) até 2040, e de 50% no escopo 3 (indiretas, na cadeia de valor, com fornecedores) para o mesmo ano.

“O acordo foi concretizado no início de dezembro, com a aprovação dos órgãos reguladores. Agora, estamos nos estruturando para ter a Vale como sócia da nossa empresa”

Aqui, 100% dos contratos de energia, nos dois negócios, são de fontes renováveis (eólica, solar e hidrelétrica) desde 2022. Temos o compromisso de contribuir, na meta global, refinando os números ao longo dos anos.

A Anglo anunciou um projeto para reduzir quase 90% os rejeitos de beneficiamento do minério de ferro na barragem da mina em Conceição do Mato Dentro.

Sim, é uma grande planta de filtragem dos rejeitos, que, a partir do início de 2026, quando começa a operar, vai filtrar até 85% da água no rejeito gerado na nossa mina. O material filtrado será compactado e empilhado a seco em lugar específico. A água retirada será reutilizada nas operações de beneficiamento da planta industrial da mina. O uso de água é alto pela característica do minério e para obter o produto final (pellet-feed), com alto teor de ferro.

Há outros, como o de reuso da água que chega na polpa pelo mineroduto (525 km desde a mina até o porto) no Porto do Açu (RJ). E temos ainda áreas de preservação (cerca de 32 mil hectares, entre Cerrado e Mata Atlântica), equivalentes a mais de seis vezes nossa área de mineração no País.

Para lembrar, nesse projeto para secagem do rejeito, quanto a Anglo American está investindo?

É um investimento bem relevante, de quase R\$ 5 bilhões (cerca de US\$ 800 milhões). Definido em 2021 e com obra iniciada em 2022, esse projeto só comprova nossa alternativa para redução da dependência de barragens de rejeitos, dentro do objetivo de uma mineração sustentável.

Foto: Divulgação/Anglo American



Ana Sanches é presidente da Anglo American Brasil e do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mineração

Como está o processo de entrada da Vale no capital da mineradora no Brasil, com incorporação de reservas de minério de ferro?

O acordo foi concretizado no início de dezembro, com a aprovação dos órgãos reguladores. Agora, estamos nos estruturando para ter a Vale como sócia da nossa empresa, formando comitês de governança. Em paralelo a isso, começamos estudos, que são bem robustos, de viabilidade econômica, conduzidos pela própria Anglo American, que vão avaliar as possibilidades que esse acordo traz, de volume de produção e de opções de logística.

Quanto tempo se estima para realização desses estudos? Um, dois, ou três anos.

Mais que isso um pouco. As estimativas feitas durante o ne-

“Vão demandar um bom tempo, porque são estudos técnicos que precisam estar bem respaldados com análises de impactos ambientais e sociais”

gócio, para os estudos de pré-viabilidade e de viabilidade final, são de cinco anos (no acordo, a Vale desembolsou US\$ 157,5 milhões – R\$ 920 milhões – para ficar com 15% da Anglo American Minério de Ferro Brasil). Vão demandar um bom tempo, porque são estudos técnicos que precisam estar bem respaldados com análises de impactos ambientais e sociais. Tudo tem de ser bem feito até a tomada de decisão de como será a incorporação. O prazo existente hoje é esse.

Sobretaxação do aço pelo EUA provocará um impacto de US\$ 6 bilhões nas exportações brasileiras

A Casa Branca justificou o ato protecionista como uma forma de restaurar a força das indústrias americanas

Foto: Divulgação/Vale

No dia 10 de fevereiro, o presidente Donald Trump assinou o decreto que prevê uma taxação de 25% sobre o aço e alumínio importados pelos Estados Unidos. A medida tem forte reflexo no Brasil. A indústria brasileira é a segunda maior exportadora para os norte-americanos, atrás apenas do Canadá. Coreia do Sul, União Europeia e México também serão afetados pelo ato protecionista.

“A sobretaxação do aço e alumínio provocará os seguintes impactos na economia brasileira: queda na produção, elevação do índice de desemprego e aumento do dólar”

A iniciativa do governo americano provocará um impacto de US\$ 6 bilhões nas exportações nacionais. Um comunicado oficial da Casa Branca justificou a ação do governo: “restaurar a força das indústrias americanas do aço e alumínio e colocar fim à exploração que mina os trabalhadores americanos”.

Os americanos têm consolidada parceria comercial com o Brasil no negócio do aço. Levantamento da Câmara de Comércio Brasil EUA mostra que, em 2024, o País vendeu US\$ 11,4 bilhões no setor de ferro e aço para o mundo, sendo 48% (US\$ 5,7 bilhões) para os Estados Unidos.

A sobretaxação do aço e alumínio provocará os seguintes impactos na economia brasileira: queda na produção, elevação do índice de desemprego e aumento do dólar, com reflexos no processo inflacionário.



Em 2024, o Brasil vendeu US\$ 11,4 bilhões no setor de ferro e aço para o mundo, sendo 48% (US\$ 5,7 bilhões) para os Estados Unidos

Setor mineral pode sentir reflexos da taxação do aço, mas exportações para a China tendem a minimizar os impactos

A recente decisão dos Estados Unidos de impor tarifas sobre o aço importado deve impactar a indústria siderúrgica e, consequentemente, a mineração brasileira. Para o prefeito de Itabira e presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig), Marco Antônio Lage (PSB), embora o maior prejuízo deva ser sentido pelo setor siderúrgico, a mineração também sofrerá os efeitos dessa mudança no mercado internacional.

“A estratégia da indústria mineradora para enfrentar esse cenário será reforçar suas exportações para mercados asiáticos”

A estratégia da indústria mineradora para enfrentar esse cenário será reforçar suas exportações para mercados asiáticos, especialmente a China, que já é a maior compradora de minério de ferro do Brasil. No entanto, segundo Marco Lage, o setor siderúrgico brasileiro não encontra o mesmo alívio, já que a China é também uma grande produtora de aço e, portanto, não tende a absorver a produção nacional. “Esse é o grande impasse. A mineração pode encontrar alternativas, mas a siderurgia brasileira sofrerá com a redução no mercado americano”, pontuou.

André Viana e Wagner Xavier são eleitos para o segundo mandato consecutivo no Conselho de Administração da Vale

A dupla, titular e suplente, respectivamente, serão novamente os representantes dos trabalhadores no colegiado da mineradora

Foto: Divulgação/Sindicato Metabase

Com 54,3% dos votos válidos — que representam 7.777 pessoas em um universo de 14.320 votantes —, André Viana Madeira, presidente do Sindicato Metabase de Itabira e Região, foi reeleito representante titular dos empregados no Conselho de Administração da Vale. O seu suplente será Wagner Xavier, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Vale no Espírito Santo e em Minas Gerais (Sindfer ES/MG), que também foi reconduzido ao cargo. Juntos, eles darão continuidade à representação dos trabalhadores no biênio 2025-2027.

Em um processo eleitoral que teve início no dia 10 de fevereiro e se estendeu até o dia 13 do mesmo mês, com urnas espalhadas em todas as unidades da mineradora Vale no Brasil, a chapa “União das Categorias”, encabeçada por André Viana e Wagner Xavier, desbancou 12 concorrentes. Com destaque para a votação obtida no complexo minerário de Itabira, cidade sede do Sindicato Metabase, onde conseguiu 1.913 votos (89,8%) entre 2.152 eleitores.

A expressiva votação deste ano supera em número de votos o resultado obtido por André Viana e Wagner Xavier na eleição de 2022, quando a dupla obteve 6.697 votos (48,8%) em um colégio eleitoral que contou com 13.682 votantes em todo o Brasil.

“Dessa vez tivemos um resultado ainda mais expressivo, fruto de uma ampla negociação, buscando apoios em todas as áreas da Vale, o que demonstra que a nossa atuação como representantes dos empregados foi positiva e assim deve continuar”, destacou André Viana.

Para o sindicalista, o resultado é decorrente de uma atuação ativa em nome dos empregados



André Viana Madeira segue como representante titular dos trabalhadores no Conselho de Administração da Vale

“A expressiva votação deste ano supera em número de votos o resultado obtido por André Viana e Wagner Xavier na eleição de 2022”

no Conselho de Administração da mineradora. “Pautamos temas importantes para o avanço das conquistas trabalhistas em todo o País, mas sem esquecer das pautas específicas dos municípios onde a Vale tem suas operações, com as suas demandas específicas, como é o caso de Itabira, berço da empresa, que já se prepara para a exaustão mineral, prevista para 2041”, finaliza.

André Viana quer que a Vale adote uma política habitacional para seus colaboradores

Para o novo mandato, André Viana e Wagner Xavier pretendem continuar apoiando as negociações trabalhistas que acontecem em todo o território nacional, já com pré-negociações visando a renovação dos acordos trabalhistas específicos, mas também pela manutenção dos avanços obtidos com conquistas gerais.

Os sindicalistas têm tam-

bém insistido na discussão de políticas habitacionais para os empregados da mineradora. “A expectativa é de atendimento dessa reivindicação pela Vale, com o retorno dessa política de subsídio à aquisição da casa própria, uma necessidade, sobretudo, dos jovens trabalhadores do Norte do País”, afirmou André Viana.

“RENOVAÇÃO DOS ACORDOS TRABALHISTAS”

“IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS”

Anglo American convoca moradores de Gondó para negociação, mas 76 famílias continuam fora do Plano de Reassentamento

Desde o dia 17 de fevereiro, moradores elegíveis ao Plano de Reassentamento de Gondó começaram a se reunir com a mineradora para dar início às negociações

Em novembro de 2024, os atingidos aprovaram o Plano de Reassentamento de Gondó, comunidade situada na área rural do distrito de Córregos, em Conceição do Mato Dentro. O projeto, de responsabilidade da Anglo American, prevê o deslocamento de uma parte dos moradores situados próximos à Serra do Sapo — área de cava do complexo minerário Minas-Rio.

“Apesar do avanço de alguns pontos da negociação, o Plano de Gondó não contemplou toda a comunidade”

O plano foi inicialmente apresentado pela mineradora e, posteriormente, revisado e negociado pelos atingidos da comunidade junto à empresa, com o auxílio da Assessoria Técnica Independente ATI 39 Nacab.



Fotos: Kennet Anderson

A comunidade de Gondó é um dos territórios atingidos pela mineração da Anglo American, em Conceição do Mato Dentro

Durante o período de revisão do plano, a comunidade solicitou equiparação com os critérios já legitimados nas negociações das comunidades da Zona de Autossalvamento (ZAS) — Passa Sete, Água

Quente, São José do Jassém e parte do Beco — situadas logo abaixo da barragem de rejeitos e que também serão reassentadas em breve.

Entretanto, apesar do avanço de

alguns pontos da negociação, o Plano de Gondó não contemplou toda a comunidade, deixando de fora 76 famílias que reivindicam o direito ao reassentamento.

Essa não é a primeira vez que a comunidade de Gondó precisa ser reassentada

Parte dos atingidos já tiveram que mudar o local em que habitavam e, agora, voltam a enfrentar a mesma situação

Foto: Divulgação/Anglo American

Algumas famílias que estão em Gondó já foram reassentadas, há cerca de 16 anos, e serão reassentadas pela segunda vez pela Anglo American. Devido à essa reincidência, em setembro de 2023, o Ministério Público entrou com Ação Civil Pública (nº 5001738-55.2023.8.13.017) na Comarca de Conceição do Mato Dentro, requerendo que a Anglo American pague danos morais individuais e coletivos.

Entre os valores solicitados: 500 mil reais estão previstos para cada uma das nove famílias identificadas à época; 5 milhões de reais serão destinados aos danos coletivos, às comunidades atingidas pela mineração na região; além de danos ambientais, com pedido de 70 mil reais a ser destinado à Polícia Militar Ambiental atuante no município.

“Dentre as 76 famílias, existem ainda aquelas que já foram reassentadas e que atualmente estão privadas de direitos para novas negociações”

Essa situação evidencia que, dentre as 76 famílias, existem ainda aquelas que já foram reassentadas e que atualmente estão privadas de direitos para novas negociações. São famílias excluídas da lista de elegibilidade, por não serem reconhecidas como atingidas pela Anglo American, apesar de afirmarem sofrer os mesmos danos.



Projeto Minas-Rio, da Anglo American, na cidade mineira de Conceição do Mato Dentro

Vale pede anuência para ampliar cavas e criar pilhas de estéril para Itabira

Porém, a Vale não oferece nenhuma compensação ambiental para Itabira, mas sim para a cidade de Rio Acima

O Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema) avalia o pedido de anuência da mineradora Vale para ampliar as cavas de Conceição e Minas do Meio, no Complexo Minerador de Itabira. A proposta não aumentará a capacidade produtiva do local, mas ampliará o limite das cavas —expandindo o beneficiamento de minério de ferro em até 19 anos.

Para isso, serão implantadas duas estruturas para estéreis e rejeitos de beneficiamento. Como contrapartida, a Vale não oferece nenhuma compensação ambiental para Itabira, mas prevê a doação de área ao Parque Nacional do Ganda-

“O pedido de anuência foi discutido no Codema em 14 de fevereiro, mas recebeu pedido de vista”

rela (com sede em Rio Acima) e R\$ 576.135,00 para se investir em projetos selecionados pelo ICMBio.

O pedido de anuência foi discutido na reunião do Codema em 14 de fevereiro, mas recebeu pedido de vista devido a questionamentos sobre os possíveis impactos para Itabira.



Foto: Esdras Vinicius

Pertencente à empresa Vale, a Mina da Conceição fica em Itabira, Minas Gerais

Condema adia votação do pedido de anuência para ampliação da pilha de estéril da ArcelorMittal, entre Itabira e Monlevade

O pedido de vista partiu de uma representante da 52ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Itabira)

O pedido de anuência da ArcelorMittal, que pretende ampliar uma pilha de estéril na Mina do Andrada, instalada na divisa entre Itabira, João Monlevade e Bela Vista de Minas, foi novamente adiado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itabira (Codema). A proposta, que recebeu dois pedidos de vista, um na reunião de janeiro e outro em fevereiro.

“A proposta, que recebeu dois pedidos de vista, um na reunião de janeiro e outro em fevereiro”

O pedido de vista partiu da representante da 52ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Itabira), Kelly Magalhães da Silva Chagas. Ela argumentou que as condicionantes envolvidas na proposta seriam insuficientes, demonstrando preocupação com a proximidade entre a pilha de estéril e o rio Santa Bárbara.



Foto: Divulgação/ArcelorMittal

A pilha de estéril pertence à Mina do Andrada, da empresa ArcelorMittal, entre as cidades de Itabira, João Monlevade e Bela Vista de Minas



BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Reprodução/Redes sociais



Família de Silvio Santos entra na Justiça devido a imposto sobre herança milionária

A viúva de Silvio Santos, Iris Abravanel, e suas filhas entram em disputa judicial com o Estado de São Paulo, contestando a cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre R\$ 428 milhões depositados pelo apresentador em uma empresa nas Bahamas.

O imposto incide sobre heranças e doações, mas a família Abravanel argumenta que, como os ativos não estão no Brasil, essa cobrança seria indevida.

BR-381: novo acordo prevê antecipação de obras na rodovia Fernão Dias

Um acordo firmado entre o Ministério dos Transportes, a ANTT e a Arteris Fernão Dias, que administra o trecho da BR-381 entre Minas Gerais e São Paulo, prevê um contrato com novas obrigações de investimentos e antecipação de execução de obras. A repactuação deve gerar cerca de R\$ 15 bilhões em investimentos.

O novo acordo foi firmado no dia 10 de fevereiro, em reunião no Tribunal de Contas da União.

Foto: Divulgação/Ministério dos Transportes



Foto: Reprodução



Trabalhador morre em acidente na Anglo American, em Conceição do Mato Dentro

Um acidente registrado em 4 de fevereiro, na área da Anglo American, em Conceição do Mato Dentro, vitimou um homem de 39 anos, que trabalhava como mecânico montador para a empresa terceirizada MIP Engenharia.

Ele sofreu uma queda de nível enquanto realizava suas atividades e foi socorrido inicialmente por colegas. Em seguida, recebeu atendimento de profissionais de saúde, mas não resistiu aos ferimentos.

Foto: Carol Veloso/Prefeitura de Itabira



NOTÍCIAS DA MINERAÇÃO

www.defatoonline.com.br

Foto: Gustavo Linhares/DeFato Online



Vale tem prejuízo de US\$ 694 milhões no quarto trimestre de 2024

A Vale divulgou um prejuízo líquido atribuível aos acionistas de US\$ 694 milhões no quarto trimestre de 2024, revertendo o lucro obtido de US\$ 2,4 bilhões no mesmo período de um ano atrás.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado foi de US\$ 3,8 bilhões no quarto trimestre, uma baixa de 41% frente aos US\$ 6,4 bilhões entregues um ano antes.

Anglo American sofre prejuízo bem maior do que o esperado em 2024

A Anglo American sofreu prejuízo líquido de US\$ 3,07 bilhões em 2024. Analistas previam prejuízo anual bem menor, de US\$ 116,9 milhões. O resultado foi atribuído a baixas contábeis no valor de US\$ 3,8 bilhões, incluindo US\$ 2,9 bilhões relacionados à unidade de diamantes De Beers.

O Ebitda da Anglo recuou 30% no ano passado, a US\$ 8,46 bilhões, vindo abaixo do consenso do mercado, de US\$ 8,76 bilhões.

Foto: Divulgação/Anglo American



Foto: Ricardo Teles/Vale



"Novo Carajás": Vale lança projeto de R\$ 70 bilhões no Pará

A mineradora Vale lançou no dia 14 de fevereiro, no Pará, o programa "Novo Carajás", destinado à expansão da mineração de ferro e cobre nas áreas de exploração da companhia no município de Parauapebas. Com previsão de investimento de R\$ 70 bilhões até 2030, o projeto busca sustentar o crescimento da produção de minério de ferro da mineradora e também acelerar a expansão da exploração de cobre.

Justiça determina que AngloGold estabilize barragens e sirenes em Santa Bárbara

O Tribunal de Justiça do Estado determinou que a AngloGold Ashanti adote uma série de medidas para assegurar tanto a estabilidade das barragens quanto o funcionamento adequado do sistema de alerta, no empreendimento localizado em Santa Bárbara.

A decisão decorre de uma Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público, em dezembro de 2024, após acionamento indevido do alerta sonoro da empresa.

Foto: Gleison Chaves/AngloGold Ashanti

